

Os desafios atuais do patrimônio cultural

No ano de 2016, o patrimônio cultural esteve em evidência como nunca. Guerras em países do Oriente Médio ocasionaram a perda de diversos sítios arqueológicos; mudanças estruturantes no processo de gestão administrativa foram aplicadas em órgãos governamentais como no English Heritage (Inglaterra) e no caso brasileiro, em um momento de extrema turbulência política, quando o Ministério da Cultura foi extinto e recriado no prazo de um mês.

Todos esses fenômenos se enquadram em um contexto de crise econômica e política global que já dura quase uma década. Como sintomas desse fenômeno, podemos observar quadros técnicos cada dia mais enxutos nos institutos de patrimônio, assim como o baixo orçamento dedicado aos órgãos de cultura. Neste contexto, a sobrecarga de trabalho e de problemas urgentes a serem resolvidos cresce de maneira exponencial.

Dura realidade que, ao menos no caso brasileiro, faz com que os poucos profissionais técnicos concursados tenham que se virar para planejarem, elaborarem, fiscalizarem e executarem projetos sem o devido reforço do corpo técnico. Como movimento contrário, a política de terceirização dos serviços técnicos faz com que atividades tradicionais de governos sejam transferidas de maneira integral e progressiva para empresas.

A experiência adquirida, em diversos trabalhos executados pelo país em quase cem anos de trajetória dos órgãos patrimoniais no âmbito federal, estadual e municipal, é deixada de lado, passando a se valorizar soluções rápidas dentro do tempo de vida de um contrato firmado.

A experiência patrimonial pública perde assim espaço para a concorrência de empresas que pressionam, de agora em diante, os rumos a serem seguidos pelos órgãos gestores, sociedades de classe e academia. Basta para isso contrastar o número impressionante de projetos publicados no Diário Oficial da União (DOU) - isto é, que estão vinculados às atividades de licenciamento ambiental (vulgarmente denominadas “contrato”) - com aqueles de cunho exclusivamente científico.

Diante desse quadro, as próprias atividades de fiscalização e proteção passam a ser “terceirizadas”. Com frequência as demandas sobre o que deve ser protegido e valorizado

surgem a partir de obras de construção civil, ou como exigência de órgãos fiscalizadores da administração pública. Contudo, o conceito de Preservação Cultural (e tudo aquilo que envolve seu estudo e prática), no Brasil e no exterior, surge a partir da experiência prática de técnicos que trabalharam em sítios administrados pelo poder público.

Se a crise tem funcionado como um fenômeno desestabilizador das boas práticas de gestão, por outro lado, tanto os diversos entraves surgidos, como o debate acirrado entre os diversos agentes políticos e, por sua vez, a mobilização social que surgiram nos últimos anos são fenômenos catalisadores que contribuem para novas e boas práticas no campo.

Explico melhor. Cada vez mais, por exemplo, grupos tidos como periféricos disputam espaço no debate para reconhecimento de suas manifestações culturais. Para eles este processo não pode mais ser debatido e gerenciado longe do espaço estudado e sem a sua real inclusão como vozes ativas. No entanto, é importante destacar, desde o século XX, apenas em raros momentos os debates foram realmente plurais e com aspirações democráticas plenamente vividas. O último século foi um período de disputa da questão democrática e que ainda não se definiu. A representatividade é o mote da disputa democrática no século XXI.

Neste mesmo contexto, nas últimas três décadas, foram criadas em nosso país práticas de lidar com o bem público que ajudaram a difundir a ideia de cultura para além do seu valor econômico. O potencial simbólico, social e, sobretudo, cidadão ganhou espaço nos discursos produzidos por comunidades. A própria qualidade das práticas patrimoniais executadas também é uma exigência frequente. Não basta mais apenas preservar, mas qualificar a experiência crítica sobre o bem protegido de forma que ele possa ser usufruído por todos.

Foi considerando estas transformações que reunimos os artigos desta nova edição da Revista de Arqueologia Pública. Boa parte deles apresentam estudos de caso - nacionais e internacionais- que tratam de experiências práticas com gerenciamento dos bens arqueológicos.

Os autores, Samuel Lira Gordenstein, Cristiane Eugênia Amarante, Sabrina Alves Mello e Viviane Cavalcanti de Castro, Claudio Torres e Susana Gomes Martinez, Lígia Rafael, Patrícia Bayod Donatti, Elis Meza e Lúcio Menezes Ferreira e, finalmente, Juan Cano conseguem apresentar de forma ilustrada e crítica alguns dos principais debates sobre o tema.

Como ficará claro através da leitura, propostas as mais variadas surgiram nos últimos anos. Todas se encaixam no variado escopo de trabalho do arqueólogo contemporâneo. Algumas tentam melhorar práticas há muito executadas. Outras propuseram romper com o que vem sendo feito. Enquanto, alguns não querem depender do que já existe mas tentam fundar algo novo.

Talvez uma solução seja articular todas essas práticas no cotidiano de trabalho. Logo, que os textos aqui reunidos sirvam como instrumento de análise e reflexão sobre o estado de crise atual em que vivemos, servindo assim como um ponto de encontro entre aqueles que buscam caminhos de reinvenção democrática a partir dos bens culturais.

Tobias Vilhena de Moraes (Arqueólogo IPHAN/RS e Pós-doc LAP/UNICAMP/FAPESP)